

A TRANSEXUALIDADE FRENTE UMA SOCIEDADE QUE CRIA REGRAS DE GÊNERO

Cláudio Teixeira Donegá

Graduando em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

André Masao Peres Tokuda

Mestre em Psicologia – UNESP;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

Esse artigo visa revisar a construção dos gêneros, sexualidades e a transexualidade frente à sociedade que cria regras de ser e estar no mundo. Assim, tivemos como objetivo discutir sobre a transexualidade, bem como o conceito, caracterização, evolução legal e reconhecimento desse universo transexual. O artigo foi construído através de pesquisas realizadas por revisão bibliográfica, buscando como artigos publicados em periódicos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos, nos quais alguns autores apontam as sexualidades e gêneros como construções da própria sociedade, criando regras de gêneros. Sendo assim, a transexualidade é vista como transgressora a essas normas de gêneros, o que faz com que essas pessoas sejam excluídas de seus próprios direitos, encontrando dificuldade até mesmo de adentrar ao mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVES: sexualidades; gêneros; transexualidades

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido pelo discente Claudio Teixeira Donega, sob orientação do docente André Masao Peres Tokuda, pesquisa intitulada a construção dos gêneros e sexualidades: A transexualidade frente uma sociedade que cria regras de gênero, sendo voltada a área de psicologia estudos de sexualidades e gêneros.

Esse trabalho foi realizado sobre revisão bibliográfica buscando artigos publicados em periódicos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos, que estejam na base dos sites de busca, como Scielo, Bvs-Psi e repositório institucional da UNESP, sendo estes trabalhos lidos e interpretados subsidiando os dados deste levantamento.

Entendemos que a vulnerabilidade das pessoas transexuais faz com que esse público muitas vezes tenha experiências precárias e drásticas, sendo excluídas de seus direitos. A aceitação na vida escolar normalmente é envolto por violências

sofridas em seu cotidiano que acabam sendo excluídas e abandonam o ambiente escolar, conseqüentemente, com baixo grau de instrução ser inserido no mercado de trabalho acaba sendo mais difícil. Assim, entende-se que os estigmas e vulnerabilidades são vivenciados tanto no âmbito familiar, escolar quanto no convívio social, repercutindo em suas decisões e as possíveis possibilidades profissionais.

Contudo, o presente trabalho trás o objetivo de conhecer e reconhecer essas características, realidade, sentimentos, necessidades, dificuldades, preconceitos, desafios e significações de pessoas com identidade de gênero que se diferem, transgridem o que é considerado “normal” para a sociedade. Para isso a partir do tema colocado acima, vamos nesse artigo discutir no tópico1 as construções das sexualidades e gêneros que tem como objetivo discutir como a sexualidade e gênero eram vista e se transformaram ao longo do tempo. No tópico2 vamos discutir sobre a transexualidade em um conceito em construção, onde partimos assim do pressuposto que transexuais são excluídas, devido à existência de normas de gêneros que preveem a correspondência entre o sexo biológico e a identidade de gênero.

2 METODOLOGIA

Para realização deste trabalho utilizou-se da revisão bibliográfica buscando artigos publicados em periódicos científicos, dissertações, teses e trabalhos publicados em eventos, que estivessem na base dos sites de busca, como Scielo, Bvs-Psi e repositório institucional da UNESP, sendo estes lidos e interpretados subsidiando os dados deste levantamento.

3 TRANSEXUALIDADE: Um conceito em construção

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Iremos abordar a transexualidade e travestilidade para um melhor entendimento e desenvolvimento desse trabalho. Vamos ver o quanto é complexo relacionar a transexualidade e travestilidade com o tema abordado no primeiro

capítulo, pois gênero e sexualidade acabam se tornando senso comum e passam a ser vistos com valores idênticos com predominância no sexo biológico. Isto causa uma confusão na cabeça dessas pessoas, pois não conseguem desvencilharem o gênero do sexo, acreditando que para ser homem é ter um pênis, ou que mulher é somente aquela que tem vagina, fazendo com que as pessoas LGBT's, como exemplo, as transexuais e travestis, não se adentram nesse padrão/normas da sociedade, fazendo que muitas vivam acuadas, duramente reprimidas e auto reprimidas.

O querer viver como uma mulher infligi essas normas, pois vivemos em uma sociedade machista, patriarcal e heteronormativas, impondo a heterossexualidade como única forma de orientação sexual normal, fazendo com que todas as demais sejam consideradas erradas. Sendo assim, acabam obrigando pessoas transexuais e travestis a viverem trancadas dentro do seu próprio eu (dentro do armário, como popularmente se diz), causando mal-estar, pois desde a infância o rótulo de “menino” é imposto pelos pais, família e sociedade, fazendo/mostrando que um menino fazer atos e se comportar como menina não é correto. Então, desde muito cedo o preconceito contra a população LGBT's é muito grande, frente a uma sociedade que cria regras de gêneros.

Partimos do pressuposto que Transexuais e travesti, já existiam há séculos e desde a sua aparição o preconceito e a discriminação era/é imenso. Segundo Brasil (2015) acredita-se que as transexuais e travestis começaram a aparecer/ter visibilidade nos espetáculos teatrais nos anos 50 e 60 em Paris, mas só na década de 70 a sociedade passou a ter um conhecimento mais lógico a respeito, pois entendiam, e muitas vezes ainda hoje confundem, essas pessoas como personagens teatrais.

Na década de 1980, foram noticiados trabalhos desenvolvidos transexuais na mídia, onde muitas transexuais e travestis estiveram presentes na arte, conquistadas pela e levantando debate a respeito dos tabus frente à classe LGBT's.

Ainda na década de 1980, as mesmas começaram a ter conhecimento em Paris sobre o silicone industrial, um produto não aconselhado para uso corporal, podendo trazer muitos riscos a saúde. No entanto o mesmo começou a ser utilizado para transformação do corpo dessas pessoas, sendo colocado para a construção dos seios e/ou enchimento das nádegas, procedimento realizado pelas

“bombadeiras”, como são tradicionalmente conhecidas as pessoas que fazem esses “implantes” (BRASIL, 2015). O uso dessa substância é devido a ajudar que estejam mais próximas ao gênero que as identificam, modificando o corpo masculino para a forma feminina, usando também de cirurgias tanto faciais, corporais e redesignação sexual, essa última, comumente conhecida como “mudança de sexo”, é o procedimento cirúrgico que faz com que as características sexuais biológicas de uma pessoa sejam mudadas para do sexo oposto.

Estudos feitos no artigo “Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual” (Galli et al., 2013), traz explicações sobre a transexualidade, com foco na cirurgia de redesignação sexual como uma característica essencial para algumas transexuais. Segundo Galli et al. (2013), a primeira redesignação sexual no Brasil foi em 1971 realizada pelo médico Roberto Farina. O procedimento foi um sucesso, mas o cirurgião respondeu por crime de mutilação perante o Conselho Federal de Medicina (CFM), pois o ato teria sido contra o Código de Ética da Profissão, o cirurgião foi condenado e em 1978 voltou a exercer a profissão.

Desde então, muitas mudanças ocorreram em questão da cirurgia de redesignação sexual, como exemplo, o olhar da sociedade. Sendo assim, muito outros profissionais passaram a estudar a respeito. Desde então a cirurgia de redesignação sexual no meio científico foi ficando mais reconhecida, fazendo com que acarretasse visíveis inovações na medicina (GALLI et al., 2013).

Em 1997, o CFM instituiu na resolução 1458 a prática da redesignação sexual. A mesma tem como motivo ajudar as pessoas transexuais frente à cirurgia, mas muitas transexuais para conseguir a cirurgia de redesignação teriam que passar por terapia em seções psicológica por dois anos para receber um laudo e assim conseguir a cirurgia. Junto com as seções a mesma teria que ter um acompanhamento de psiquiatra e médicos. Então, em 2002 ficou estabelecida a resolução de número 1652 do Conselho Federal de Medicina que passou a autorizar a cirurgia de redesignação sexual a ser feita em hospitais privados e públicos.

No ano de 2008, houve um avanço em questão da cirurgia com a abertura da portaria 1707 do Ministério da Saúde e a resolução 457 da Secretaria de Atenção a Saúde, passando a incluir a cirurgia de redesignação sexual no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Ventura e Schramm (2009, apud GALLI et al., 2013) nessas

portarias então incluso o acesso para todos, sem discriminação, atendimento multidisciplinar, cirurgia de redesignação sexual e tratamento hormonal.

Atualmente no Brasil, existem muitos hospitais que realizam a cirurgia de forma privada e gratuita, mas segundo Galliet al. (2013) a fila para o acesso gratuito é muito grande, podendo levar anos para ser atendidas. Isso faz com que muitas desistam do procedimento. Bento (2006, apud GALLI et al., 2013, p. 449) ressalta que a cirurgia de redesignação sexual pode ser vista como forma de construir a identidade.

[...] a redesignação sexual, em busca da reconstrução corporal, podem ser vistas como metáfora da construção da identidade, haja vista que a criação de um corpo feminino, englobando não só os aspectos físicos como também as dimensões comportamentais, auxilia na constituição e no posicionamento da identidade de gênero.

Segundo Costa (1989, apud GALLI et al., 2013) a identidade é formada pela forma como que o individuo se relaciona com o universo sociocultural, portanto os indivíduos são diferentes uns dos outros. O autor ressalta que se cada pessoa é diferente uma das outras, então por que as transexuais teriam de serem todas iguais. Sendo assim, Galli et al. (2013) propõe pensarmos o quanto nós e nossos corpos são modificados diante das regras culturais, obrigando-nos a ajustá-lo conforme os padrões impostos.

No entanto, a modificação do corpo masculino para o feminino desajusta esse padrão de normas, fazendo com que a pessoa que sai fora desse padrão seja tratada e vista como estranha, pois a própria sociedade acostudou olhar apenas para o sexo biológico criando comportamentos criados para a mulher e o homem, fazendo com que o gênero seja baseado apenas nessa construção imposta pela sociedade como também nos ressalta Foucault (1999) e Rubin (1975). Mas a transexual e a travesti rompe esse muro de normas imposto pela sociedade, fugindo dessa vertente e assumindo uma nova concepção de gênero. Conceitua-se assim travesti sendo:

[...] aquela que se sente impelido a vestir-se com roupas do sexo oposto, o que lhe garante gratificação sexual. A travesti não sente repulsa pelo seu sexo de nascença, não deseja fazer cirurgia de adequação para assim sentir-se como o sexo oposto, já que o que excita é justamente a ambigüidade, o que lhe dá prazer é pertencer a um sexo, e se vestir-se e portar-se como se fosse de outro (CHAVES, 2011, p. 44)

Segundo esse raciocínio a travesti reivindica viver como o gênero que se identifica, assim como as transexuais, mas essa opta pela retirada do órgão sexual

por não se identificar com o seu sexo biológico. Segundo Benjamin “a transexual se sente uma mulher [...] e sente-se atraída por homens [...], no entanto, ela se autodiagnostica segundo seu sexo psicológico feminino. Ela sente atração por homens como heterossexual, ou seja, normal” (BENJAMIN, 2001, apud BENTO, 2006, p. 151).

Para Sampaio e Coelho (2013) a não aceitação do sexo biológico faz com que a transexual, entre outros sejam vistos como doente, pois o que define a identidade sexual do sujeito é o sexo biológico, sendo que qualquer desvio em relação a isso era/é tratado como transtorno. Isso faz com que há muito tempo a transexualidade fosse/é taxada como uma patologia/transtorno que consistia na identidade de gênero.

Tudo começou com o endocrinologista alemão Harry Benjamin (1986, apud BENTO, 2006) que fazia o diagnóstico do verdadeiro e falso transexual. O diagnóstico ocorria quando as pessoas chegavam ao hospital/clínica solicitando a redesignação sexual, assim tinham que passar por uma análise para ver se enquadravam no padrão que acreditavam ser o “transexual verdadeiro”, termo usado para designar aqueles/aquelas que comprovadamente viveriam melhor após um curso terapêutico que culminaria com a redesignação. O autor acreditava que para uma transexual verdadeiro viver bem consigo mesmo a redesignação sexual era uma das melhores opções.

O tema transexualidade e a redesignação sexual chamavam e chama muita a atenção de vários autores, sendo que um desses foi Robert Stoller (1975, apud BENTO, 2006), usando de teorias psicanalíticas afirmava que se uma criança gostasse de brincar ou sentir vontade de usar roupas do sexo oposto, está estaria tendo indício de uma sexualidade “anormal”. A explicação para essa afirmação seria que na relação mãe/filho, a mãe na gestação deseja muito uma criança e ao invejar o sexo oposto e ter o desejo inconsciente de ter/ser como ele/ela, acaba transferindo para a criança e assim a mesma nasceria com o comportamento psicológico do gênero oposto.

Pensamentos como esse fez com que em 1980 o termo transexual fosse oficialmente introduzido à classificação psiquiátrica, sendo o DSM-III (Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais), onde a transexualidade passou a ser chamada de síndrome de “disforia de gênero”, com o objetivo de

classificar/diagnosticar pessoas/indivíduos com algum tipo de desconforto em relação ao gênero. Já em 1993 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a transexualidade como transtorno de identidade sexual, inserida no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças). A partir disso a transexualidade passa a ser vista como transexualismo, carregando o sinônimo “ismo” como doença. E em 1994 é lançado o DSM- IV que retira o “transexualismo” do CID- 10 e a classifica como “transtorno/desordem de identidade de gênero” (ATHAYDE, 2001). Já em 2014 é criado o DSM-V, o mesmo retira a classificação da transexualidade como transtorno/desordem de identidade de gênero e a classifica como disforia de gênero. Segundo Athayde (2001, p. 4) disforia de gênero refere-se:

[...] à incongruência entre o gênero de nascimento com aquele que é percebido e manifestado pelo comportamento do indivíduo e como isso vem acompanhado por angústias. Esta incongruência embora não cause desconforto em todos os indivíduos, afeta alguns que se sentirão deslocados e sofrerão se as intervenções desejadas sobre o físico, por meio de hormônios e/ ou cirurgias, não estiverem disponíveis.

A classificação da transexualidade como transtorno gerou mobilizações de organizações e redes internacionais para a retirada de classificações como a do (DSM e CID) para que pessoas transexuais possam viver sem hierarquia de gênero e ter o mesmo acesso a sociedade, assim como os heterossexuais. Contudo, um dos objetivos principais dessas organizações é a retirada da disforia de gênero das próximas edições dos manuais de diagnostico (ATHAYDE, 2001).

Para Bento e Pelúcia (2012) a mudança foi apenas para tirar o peso de “transtorno” que traz uma ideia de doença mental substituindo-a por “disforia” que teoricamente é menos negativa apontando um sofrimento emocional relacionado à incongruência entre gênero e sexo.

Partindo desse pensamento Leticia Lanz, mulher transexual, psicanalista e especialista em gênero e sexualidade em seu livro “O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero”, publicado em 2014, traz sua historia frente a uma sociedade com rígidos padrões socioculturais baseado em um dispositivo binário de gênero.

O dispositivo binário de gênero pode ser compreendido como um conjunto de normas de regulação e controle baseado em estereótipos, atributos culturais, atitudes, identidades, expressões, papéis de gênero e expectativas sociais de desempenho relacionadas a cada uma das

identidades oficiais de gênero: masculino e feminino ou homem e mulher (LANZ, 2014, p. 65).

Segundo Lanz (2014), colocar estereótipos patológicos em pessoas transexuais classificando-as como “perversas” e/ou doentes mentais” foi uma forma que a sociedade encontrou para “punir” aqueles que saem dos padrões “normais” de gênero e também evitar “novos candidatos” a infringir essa regra. Para a mesma a população heterossexual que chama de “cisgênero” que cria essas normas ao ponto de excluir indivíduos e grupos de seu convívio social, rejeitando e marginalizando aqueles que não encaixam nas normas binárias de gênero. Assim sendo, a exclusão dessa população acontece pelo fato dos cisgêneros serem vistos como normais dentro do sistema binário de gênero, fazendo que se vejam superiores frente às outras formas de gênero, a ponto de estar rejeitando a classe/população transgênero (termo que engloba as duas identidades, transexualidade e travestilidade).

Toda essa rejeição causada contra a classe transgênero, segundo Lanz (2014), é reforçada por estereótipos, fofocas e opiniões arrogantes e depreciativas. Toda essa arrogância é uma forma de preservar a integridade binária de gênero, com o objetivo de estar fazendo com que o status cisgênero seja mantido e assim excluindo toda outra forma de gênero:

Toda ocasião é propícia e toda forma é legitimada quando se trata dos estabelecidos humilharem e desqualificarem as transgêneros por não compartilharem dos mesmos valores que eles, [...] um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado está excluído (LANZ, 2014, p. 29).

Toda essa estigmatização refere-se a uma fantasia coletiva criada pelo grupo dos “estabelecidos” sobre as transgêneros, onde reflete e muitas das vezes justifica a aversão e o preconceito. É inevitável que pessoas transgêneros lutam/lutaram a cada dia para se adequarem dentro do dispositivo de gênero que se deparam, sendo obrigadas a ultrapassar seus limites a fim de expressarem o seu eu no mundo, pois ao mesmo tempo que a própria sociedade rotula as transgêneros como patologia ou perversão sempre acham um modo que acaba excluindo-as de qualquer forma. “[...] A pessoa transgênero busca obsessivamente a sua reinserção na matriz binária de gênero, esforçando-se de todas as formas possíveis para ser aceita por um clube que basicamente a rejeita como sócia (LANZ, 2014, p. 30).”

Portanto, a sociedade sempre vê as transgêneros como revolucionária e afrontosa, não adepta ao sistema de gênero, diminuindo qualquer um da mesma espécie humana por romper com os rígidos limites do dispositivo binário de gênero.

Vivemos em uma sociedade egocêntrica de heteronormativo/cisnormativo, onde essas pessoas detêm o poder da decisão sobre pessoas não hetero/cis, fazendo e criando correntes que difama a classe transgêneros como nos ressalta Lanz (2014, p. 30-31):

Correntes de oposição às pessoas transgêneros [...] sustenta e reforça o cissexismo e confirma o dispositivo binário de gênero, fazendo que a pessoa transgênera seja fortemente repudiada, mostrando que comportamento como das transgêneros seja uma mera estratégia masculina para a retomada da dominação sobre a mulher (LANZ, 2014, p. 31).

Ao mesmo tempo em que nos defrontamos com todo esse mecanismo de pressão grupal/correntes para a difamação e propagação do ódio sobre pessoas transgêneros, mesmo que sujeitas a sanções, interdições, proibições e punições que as obriguem a viver à margem de uma sociedade machista e preconceituosa, muitas enfrentam as regras da sociedade, dando “a cara para bater” saindo de dentro do seu lugar “aconchegante”, mostrando que ser transgênero é ser humano (LANZ, 2014).

Atualmente movimento LGBT's (sigla usada para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros) vem lutando por um mundo igualitário, para que pessoas transgêneros possam ter a retirada da menção de sexo biológico dos documentos oficiais, abolição dos tratamentos binários para pessoas intersexo, lutando contra o preconceito e discriminação, propiciando a educação, inserção social e a laboral das pessoas transexuais. Pois, há muito tempo o órgão genital tem sido o suficiente para decidir o destino de um indivíduo durante sua vida toda dentro da sociedade. Por mais complicado que pareça, esse ainda é o único modo que a sociedade utiliza para classificar o ser humano entre “homem” e “mulher”. Assim, para todos os efeitos e de toda a maneira no pensamento da sociedade a pessoa transgênero, antes de tudo, é alguém que viola as normas, que se desvia do que é considerado normal, que viola a normalidade, que subverte e transgride a ordem social e política (LANZ, 2014).

Pensamentos como esses fazem que muitas transgêneros percam família, respeitabilidade, segurança, tudo, por apenas querer viver como o sexo oposto.

Quantas pessoas transgêneros nem chegam a ter estudos porque são obrigadas a deixar a escola, por serem massacradas pelos colegas que partem do pensamento que ser transgênero não é correto, agindo de atos de *bullying*, que na maioria das vezes jamais são apurados pela própria sociedade que está mais empenhada em assegurar a vigência do dispositivo binário de gênero (LANZ, 2014).

Paralelamente a esses sofrimentos que muitas transgêneros ficam expostas, faz que fiquem trancadas, totalmente invisíveis, em estado de permanente angústia e sofrimento psíquico. Sentem-se totalmente impotentes de aliviar suas tensões existenciais, expressando livremente suas identidades de gênero. Lanz (2014) parte do pensamento que muitas reprimem o seu próprio gênero por medo de sentir, ser vítima de todo esse sofrimento. Para sanar todo esse sofrimento frente à classe de transgênero o dia 31 de março foi instituído como Dia Internacional da Visibilidade Transgênero que para Lanz (2014, p. 145) tem como objetivo:

Tornar públicas essas histórias de insucesso, medo, frustração, exclusão e violência tão comuns dentro do mundo trans. As pessoas transgêneras querem apenas existir, viver e trabalhar como pessoas absolutamente comuns. Sua maior e mais importante reivindicação – senão a única – é serem compreendidas e aceitas como pessoas comuns e normais.

Como qualquer cidadão, as pessoas transgêneros também tem sua própria vida, se desejar podendo vir a se casar, constituir família, ter filhos, e cumprir com suas obrigações, pois são pessoas normais que dentro de uma sociedade hipócrita são transformadas em anormais. Para Lanz (2014), o problema é e está na não constituição de uma categoria de gênero para assim reconhecer essa população. A não abertura para o “novo” acaba frustrando a sociedade de tal forma que acabam não acolhendo o público transgênero, onde muitas acabam vivendo a parte de suas vidas na clandestinidade, excluídas de seus próprios direitos enquanto cidadã, sendo submetidas a todo tipo de constrangimento diante das situações mais “comuns” do dia a dia, como piadas, xingos e até mesmo violência física. Para Lanz (2014), situações como essas são comuns para as pessoas cisgêneras, mas para as transgêneros podem tornar-se grandes dramas na vida. Cicatrizes que levam muitas transgêneros a procurar o suicídio para assim não viver em um mundo onde elas não possam expressar seu eu e viver como deveria ser. Dentro dessa concepção encontramos a família, sendo essa a primeira a praticar a exclusão e rejeição.

A família é o lugar preferencial da rejeição, repressão e vigilância ostensiva que se exerce sobre a pessoa transgênera, sobretudo quando se trata da família burguesa, de estratos socioeconômicos mais elevados. Não é possível abrir mão de ser a pessoa que se é sem criar vazios imensos, dolorosos e insuportáveis na própria psique. Sem ferir de morte a própria subjetividade, condenada a sobreviver como um fantasma, uma sombra na vida da pessoa, em vez de ser o centro da que é da sua própria existência (LANZ, 2014, p. 241).

A família, segundo Lanz (2014), é a base para uma vida saudável, mas isso é negligenciado em muitas a partir de quando um menino começa a mostrar comportamentos do sexo oposto. Sendo assim, a família parte para outra esfera sendo a agressora.

[...] é no âmbito das relações familiares que são disparadas as primeiras ações de violência, discriminação e estigmatização das pessoas transgêneras, confirmando que a família é a primeira instância social de contenção, repressão e dissuasão da livre expressão da identidade de gênero. É na família, em primeiríssima mão, que as pessoas transgêneras descobrem estarem fazendo uma coisa errada e assim é repreendida e excluída (LANZ, 2014, p. 242).

O modo como muitas famílias vêm as transgêneros causa nas mesmas uma presença opressiva e constantes sentimentos de vergonha, culpa e medo de rejeição por parte, principalmente, dos pais, de familiares próximos, de colegas, professores e até de religiosos, pois a religião tem um grande peso na vida dessas. O olhar da religião sobre o gênero é apenas baseado em dois, sendo homem e mulher, e tudo que sai fora desse padrão religioso é tratado como pecador.

Em uma entrevista realizada por Lanz (2014) relata o sofrimento quando ia a uma igreja, pois a própria família e sociedade crucificaram-na inserindo o “correto” modo de viver, mostrando que transgênero não é aceito ao reino dos céus. Em relato a entrevistada diz:

Toda vez que eu ia para a igreja, eu via Jesus crucificado no altar me olhando, dizendo... Você é uma pecadora, você pecou você vestiu as roupas femininas e sempre que eu ia para lá eu passava mal e minha mãe tinha que sair de lá de dentro comigo e ir para fora, porque eu via Jesus me julgando e me condenando ali dentro da igreja, então eu creditava muito nisso, eu pensava que eu estava pecando toda hora e eu não conseguia ir à igreja assim era muito difícil e eu passava a missa inteira assim. Minha mãe chegou a me levar no médico pensando que eu tinha algum problema comportamental, psicológico neste sentido, mas eu não queria contar para ela que eu ouvia Jesus me dizendo: Você pecou! (LANZ, 2014, p. 243).

Diante desse medo causado por conteúdos impostos no público transgênero muitas acabam negando sua própria existência e percepções que tenham sobre si para se enquadrar da melhor maneira no modelo de gênero que foram classificadas

ao nascer. Para Lanz (2014), o modo de tentar negar e viver em um mundo que não a pertence, como o masculino, acaba acarretando um ajustamento forçado causando um grande grau de sofrimento psíquico nas pessoas transgêneros. Por outro lado, nem sempre ocorre a negação, pois muitas acabam superando as regras impostas e passa a viver como desejado, fazendo com que sejam cronicamente rejeitadas ou excluídas de toda prática dentro de uma sociedade.

Quando a pessoa é cronicamente rejeitada ou excluída, as consequências podem ser, como em geral são, muito mais sérias e graves. Depressão, uso abusivo de drogas e suicídio são consequências bastante comuns da rejeição, da discriminação, da intolerância, do preconceito e da exclusão social (LANZ, 2014, p. 244).

Exclusão social que é levada para dentro das escolas, onde é grande a não aceitação do público transgênero, gerando o preconceito e a discriminação frente à classe (PERES, 2009). Lugar esse que para Lanz (2014) é um espaço homofóbico e transfóbico, pois os próprios professores não estão preparados para lidar com transgêneros.

Os professores ainda não estão preparados para lidar com essas questões. Eles não foram preparados para isso porque as universidades não trabalham essas questões. Hoje em dia ainda existem algumas discussões, mas quando eu concluí minha formação, há 12 anos, jamais esse assunto era abordado (LANZ, 2014, p.244).

A não capacitação desses profissionais em lidar com questões de gêneros e não passar a conhecer mais sobre as construções de novas sexualidades faz com que a escola seja um lugar propício ao preconceito, sendo que o ambiente escolar é um lugar que deveria ser um local de acolhimento, ensinamento e discussão. Para Lanz (2014, p. 245) “a escola é um local aonde as pessoas vêm a aprender, entender e desenvolver muitos dos papéis de gênero que desempenharão por toda a vida”. Mas, como a autora já ressaltou anteriormente, as transgêneros para a sociedade não entra nas normas criadas de gêneros e por esse motivo são deixadas de lado nas discussões sobre como deve ser o modelo de educação fornecido às nossas crianças, jovens e adultos.

Quando Lanz (2014) ressaltava que deve se conhecer novas formas de gêneros e se familiarizar com as novas construções, a mesma quer que a própria sociedade saia do padrão homem/mulher e conheça novas formas de gêneros para um novo ensinamento dos adultos as crianças, pois as mesmas estão devidamente enquadradas nas identidades de homem e mulher.

Os modelos de homem e de mulher que as crianças têm à sua volta, na família e na escola, apresentados por pessoas adultas, influenciarão a construção de suas referências de gênero. Quando a menina e o menino entram para a escola, já foram ensinados pela família e por outros grupos da sociedade quais são os —brinquedos de menino e quais são os —brinquedos de menina. Embora não seja possível intervir de forma imediata nessas aprendizagens no contexto familiar e na comunidade, a escola necessita ter consciência de que sua atuação não é neutra. Educadores e educadoras precisam identificar o currículo oculto que contribui para a perpetuação de tais relações. A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante, como gays, travestis e lésbicas, por exemplo. Por isso, educadores e educadoras são responsáveis e devem estar atentos a esse processo (GENERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, apud, LANZ, 2014, p. 245).

Processo esse que muitas organizações, como ONG's e Conselhos Nacionais de Combate à Discriminação e promoções dos direitos, vêm lutando com o objetivo de uma sociedade igualitária, mas se uma transexual não quiser ser tratada como diferente é obrigada a seguir o padrão cisnormativo para sobreviver dentro do ambiente escolar. Dentro desses padrões segundo Lanz (2014, p. 246) estão “interdição ao uso do banheiro, o descaso no uso do nome social correspondente ao gênero auto percebido até a ostensiva proibição do uso de roupas culturalmente consignadas a esse gênero.” Para a mesma isso se faz pela a escola estar ligada a crenças religiosas e a família. No entanto, o nome social é uma das causas que mais atinge as transexuais segundo a autora, pois ser chamadas pelo nome de nascimento faz com que muitas se sintam desconfortáveis diante de muitas situações.

Diante dessa problemática a autora Berenice Bento, doutora em sociologia e uma das pioneiras nas questões de gênero, em seu artigo “Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal”, publicado em 2014, traz a relevância da discussão sobre a proliferação de normas que estabelecem respeito à identidade de gênero das pessoas trans frente ao contexto do nome social. Para a mesma o nome social “é o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento (BENTO, 2014, p. 176).”

Para sanar todo o constrangimento frente à classe transgênero em respeito ao nome social a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, assinou um decreto autorizando as transgêneros utilizar o nome social. Segundo Bento (2014) o nome

social estende-se a “Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público que aprovam regulamentos que garantem às pessoas transgêneros a utilização do nome social” (BENTO, 2014, p. 175). Contudo o nome social não é respeitado, segundo Bento (2014), muitas das vezes é negligenciado, pois o nome social deveria ser usado em todas dimensões, porque mudar apenas o nome sem alterar nada na vida da população transgênero faz com que ainda sejam excluídas em muitas ocasiões.

[...] uma [...] transexual terá seu nome social feminino [...], mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas performances de gênero (BENTO, 2014, p. 175).

O mercado de trabalho ainda carrega um grande tabu contra a classe de transgêneros negando a existência do nome social. Segundo Bento (2014) o trabalho é um direito de todos e é fundamental a vida, assim como os direitos de todos os seres humanos deve estar à cima de qualquer forma de preconceito ou discriminação. Partindo desse pensamento é questionável o nível baixo de pessoas transgêneros inseridas no mercado de trabalho. Bento (2008) acredita que o próprio estado é o que deixa a desejar mais para a classe de transgêneros, por falta de políticas públicas e um olhar mais abrangente frente à inserção dessa classe no mercado de trabalho. Sendo assim, a autora ressalta que “se faltam diretrizes básicas para a proteção física das transgêneros, pensar em inserção no mercado de trabalho é algo muito distante (BENTO, 2008, apud VASCONCELLOS, 2014, p. 8). Isso faz com que muitas transgêneros reivindiquem respeito dentro da sociedade e o direito de ter sua identidade de gênero a qual se identifica respeitada em qualquer lugar. As mesmas não querem ser identificadas como mulheres travestis. Elas reivindicam, sim, o respeito a suas vivências e individualidades, bem como o viver no gênero feminino e ter o mesmos direitos que os cisgêneros.

4 CONCLUSÃO

Concluimos que as transexuais sofrem assim como as mulheres a exclusão e preconceito dentro do seio da sociedade. Parte-se do pressuposto que o mesmo mecanismo que trata as mulheres com descaso acaba tratando às transexuais

taxando as com estereótipos, usando de preconceito e discriminação, excluindo- a população transgênero de viver uma vida normal dentro da sociedade. Contudo o desfrutar de seus direitos é interrompido, pois a própria sociedade exclui o publico transgênero, fazendo com que as mesmas passem a viver em muita das vezes como clandestinas e taxadas como doentes. Isso se da por vivermos em uma sociedade machista, sendo o homem predominante frente às praticas femininas. E pelo fato da transexual romper com o muro de normas de gênero a repressão contra esse publico é muito grande.

Como nos ressalta Lanz (2014) os estereótipos de patologia que a própria sociedade coloca na classe transgênero é uma forma de excluir todas outras formas de gênero que venha ameaçar a orientação heterossexual taxada como sendo a única e a normal.

Toda essa exclusão que encontramos dentro da escola e até mesmo na família acaba sendo encontrada também no mercado de trabalho que impossibilita as transexuais obterem um emprego que a sociedade executa como digno. Assim sendo, a inserção de transexuais e travestis no mercado formal de trabalho é muito baixa tendo que procurar outras formas de trabalho para sobreviverem como, por exemplo, a prostituição.

Precisa-se dar mais atenção aos direitos do publico LGBT's, como trabalhos sobre a melhoria de vida dessa população frente a políticas publicas e um olhar mais abrangente frente à inserção dessa classe no mercado de trabalho, visando promover os direitos iguais a todos sem discriminação ou qualquer tipo de preconceito.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, V.L. Transexualidade masculino. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia, São Paulo, v. 45, n.4, p. 407-414, 2001.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 9
BENTO, B. A. M. *O que é transexualidade (Coleção Primeiros Passos)*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B.; PELUCIA, L. Despatologização do gênero: A politização das identidades objetivas, estudos feministas. Florianópolis, 20(2): 269- 581, maio-agosto, 2012.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea. V. 4, n. 1 p. 165-182, Jan.–Jun. 2014.

BRASIL. Transexualidade e Travestilidade na saúde. Ed. 1. Brasília: Ministério da Saúde. 2015. p. 194. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf>. Acessado em 23 de agosto de 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º. Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível: <http://mpt-prt05.jusbrasil.com.br/noticias/258694752/a-discriminacao-da-pessoa-negra-nas-relacoes-de-trabalho>. Acessado em 14 de jun. 2016.

CHAVES, M. Homoafetividade e direito: Proteção constitucional, Uniões, casamento e parentalidade. Um panorama luso brasileiro. Ed. 1. Curitiba: Juruá, 2011.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.10- 244.

GALLI, A. R.; VIEIRA, M. E.; GIAMI, A.; SANTOS, A. M. Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Out-Dez 2013, Vol. 29 n. 4, pp. 447-457.

LANZ, L. O Corpo da Roupas: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiWqofkotjOAhXLjpAKHWM6DQUQFghJMAk&url=http%3A%2F%2Facervodigital.ufpr.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F1884%2F36800%2FR%25200-%2520D%2520-%2520LETICIA%2520LANZ.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNFsHxWwG8mqDSCW-cH9mZb_Uu0tLQ&sig2=35dw7WAYnIBVy4dE4oTZog. Acessado em 23 de agosto de 2016.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56). 2008, pag. 20.

LOURO, G. L. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pag. 34.

LOURO, G.L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Form. Doc., Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011, pag.54-68.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre.; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. Currículo, Gênero e Sexualidade. Lisboa: Porto Editora, 2000.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres, 1975, p. 1-62. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/18134/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin-traffic_texto%20traduzido.doc>. Acessado em 14 de Jul. 2016.

SAMPAIO, P. L. L.; COELHO, D. A. T. M. A transexualidade na atualidade: Discurso científico, político e historias de vida, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15770/1/A%20TRANSEXUALIDADE%20NA%20ATUALIDADE.pdf>>. Acessado em 23 de agosto de 2016.

VASCONCELLOS, T. L. Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho, 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7634458-Travestis-e-transexuais-no-mercado-de-trabalho.html>. Acessado em 31 de agosto de 2016.